



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

JOÃO VÍCTOR BALDOCCHI FERREIRA

O VERBO MODAL *PODER* E
A CONSTRUÇÃO *SÓ PODE* EM PORTUGUÊS
- ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS -

BRASÍLIA
2020

João Vítor Baldocchi Ferreira

**O VERBO MODAL *PODER E*
A CONSTRUÇÃO *SÓ PODE* EM PORTUGUÊS
- ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS -**

Monografia apresentada ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

**Brasília
2020**

Dedico este trabalho a meus pais, os quais me apoiaram desde o início a fazer o que eu gostava, perseguir meus sonhos e que me deram uma criação exemplar.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, ao meu orientador, Marcus Vinicius Lunguinho, pela atenção, compreensão e esforço durante todas as etapas de realização deste trabalho. Obrigado, professor, pelas flexibilizações de horário, pelos atendimentos sempre produtivos e pelo bom-humor mesmo em tempos de quarentena.

Aos meus pais, Ana Rita e Hamilton, os quais sempre me apoiaram em minha escolha profissional, me deram condições para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje e me incentivam a alcançar meus objetivos; e ao meu irmão, João Pedro, que me ajudou a refletir sobre os cenários e exemplos contidos neste trabalho.

Às minhas amigas de UnB, em especial à Letícia, que me ajudou com o *abstract* deste trabalho, que foram importantíssimas para mim durante o meu processo de passagem da vida de um estudante de Ensino Médio para um jovem adulto universitário. Levo comigo os momentos bons (e ruins, mas que serviram de aprendizado) que tivemos ao longo do período em que estive como graduando.

À minha namorada Gabriela, que sempre me fez acreditar que eu conseguiria terminar esta dissertação, que me incentivou desde o início e que me apoia em tudo. Obrigado por ter tido paciência ao me ouvir falar sobre modalidade durante as voltas para casa, depois de um exaustivo dia de trabalho.

Ao meu grande amigo Rômulo, que me apresentou ao mercado de trabalho, deu-me oportunidades para que me descobrisse um profissional da área da educação e que me ensina muito a respeito da profissão e da vida. Obrigado por ver o melhor em mim.

A todos os meus professores, seja da Graduação seja do período escolar, que me mostraram que ser educador é uma linda carreira.

RESUMO

Neste trabalho, estudamos a construção “só pode” em português brasileiro, buscando entender qual o papel da palavra “só” nessa estrutura e como ela se relaciona com a quantificação existencial do verbo auxiliar modal “poder”. Inicialmente, tratamos da categoria linguística “modalidade”: definição, tipos de modalidade mais comuns, meios de expressão da modalidade em português e, por fim, o verbo “poder”. Em seguida apresentamos a fundamentação teórica do trabalho, que é a teoria quantificacional da modalidade proposta por Kratzer (2012) e descrita em detalhes em Bravo (2017). Depois, empreendemos um estudo mais aprofundado das propriedades da partícula “só”, no português do Brasil, pautando-nos no que apontam Gritti e Resenes (2008): “só” é um elemento focalizador, que exaure as alternativas que poderiam ser utilizadas pelo falante e pode implicar uma escala de importância, em determinados contextos. No que se refere à estrutura “só pode”, o que parece haver é uma influência desse papel restritivo de “só” quando combinado com o verbo auxiliar modal “poder”, quantificador existencial. Dessa combinação, resulta que a expressão “só pode” apresenta semelhanças com os verbos “ter que” e “dever”, auxiliares modais universais. A fim de entender o lugar de “só pode” nessa escala quantificacional, recorreremos ao trabalho de Pires de Oliveira e Scarduelli (2008) e mostramos que “só pode” e os modais “deve” e “tem que” apresentam significados próximos, a depender da fonte de ordenação considerada. Com base na teoria Kratzeriana e na análise de dados, argumentamos que a construção “só pode” funciona como um verbo modal cuja quantificação é universal, devido à influência que a palavra “só” exerce sobre o modal “poder”.

Palavras-chave: *Só*

Poder

Construção *só pode*

Semântica modal

Quantificação universal

Quantificação existencial

ABSTRACT

This paper studies the construction “só pode” (literally, “only can”) in Brazilian Portuguese, in order to understand the role of the word “só” in this structure and how it relates with the existential quantification of the auxiliar modal verb “poder”. Beforehand, we approach the linguistic category “modality”: definition, common types of modalities, ways of expressing modality in Portuguese and, lastly, the verb “poder”. In sequency, we introduce the theoretical basis of this study, namely the quantificational theory of modality suggested by Kratzer (2012) and described in detail in Bravo (2017). Afterwards, we engage a deeper study of the proprieties of the particle “só”, in Brazilian Portuguese, based on Gritti and Resenes (2008): “só” is a focal element, which wears out the alternatives that could be used by the speaker and it can implicate a scale of importance, in some contexts. However, the structure “só pode” seems to have an influence of this restrictive power of “só” whenever combined with the auxiliar modal verb “poder”, an existential quantifier. The combination “só pode” shows similarities to the universal modal verbs “ter que” (literally, “have that”) and “dever” (“must”). To understand the place of “só pode” in the quantification scale of modals, we go back to Pires de Oliveira and Scarduelli’s (2008) work and show that “só pode” and modals “deve”, “tem que”, present close meanings, relying on the ordering source considered. Based on Kratzerian’s theory and data analysis, we argued that the construction “só pode” works as a universal modal verb, due to the influence the word “só” has over the modal “poder”.

Keywords: *Só*

Poder

Construction *só pode*

Modal semantics

Universal quantification

Existential quantification

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Da modalidade	11
1.1 A linguagem humana	11
1.2 A categoria linguística modalidade	14
Capítulo 2 - Semântica modal	22
2.1 Aspectos semânticos da modalidade	22
2.2 Força modal e fundo conversacional	23
Capítulo 3 - O verbo modal <i>poder</i>	30
3.1 <i>Poder</i> e suas modalidades	30
3.2 A sintaxe do modal <i>poder</i>	33
Capítulo 4 - Aspectos sintáticos e semânticos da construção <i>só pode</i>	38
4.1 <i>Só</i>	38
4.2 <i>Só pode</i> e sua relação com os modais universais <i>dever</i> e <i>ter que</i>	43
Considerações finais	54
Referências bibliográficas	56

INTRODUÇÃO

O propósito desta monografia é abordar uma das propriedades linguísticas que são responsáveis por diferir, no campo da comunicação, os humanos de outros animais: a modalidade. Para tanto, vamos investigar o verbo modal poder – na 3ª pessoa do singular – associado à palavra “só”, ou seja, a expressão “só pode”.

Para tanto, utilizo-me de sentenças do português brasileiro para identificar qual o papel que o “só” possui nessa estrutura. Devido à propriedade modal de “poder”, no capítulo um, define-se modalidade, tendo como base o trabalho de Bravo (2017). São explicados os diferentes “tipos” de modalidade: boulético, teleológico, deôntico, circunstancial e epistêmico. Faz-se necessária uma abordagem dessas diferentes modalidades a fim de que se estude o “só pode” de maneira adequada.

Em seguida, no capítulo dois, amparado na teoria kratzeriana (2012), explica-se a constituição de uma expressão modalizada e seus constituintes. Aqui, valho-me da teoria mais recente de Kratzer, a qual assume que uma expressão modalizada é composta por dois elementos principais: a força modal e o fundo conversacional. Percebemos que o contexto, além da palavra em si, é fundamental para que se estabeleça a modalidade com a qual se está trabalhando. Apesar disso, é válido ressaltar que não existe um limite muito bem definido quando se trata de tipos de modalidade.

No capítulo três, volto-me a questões relativas ao verbo “poder” em específico”. Dos verbos auxiliares que trago neste trabalho, o verbo “poder” é o único considerado como quantificador existencial, ou seja, ele traz uma ideia de que, dentre os mundos possíveis que se apresentam a nós, em pelo menos um, aquilo que está sendo modalizado é tido como verdadeiro. Discorro sobre sua posição sintática, aliada ao tipo de modalidade que ele recebe a depender de onde se encontra no enunciado.

Por fim, no capítulo quatro, depois de explicada a natureza do defendo a ideia de que a proposição a ser modalizada, expressão em que ocorre o “só pode” é influenciada pela natureza do “só”, a qual limita os mundos possíveis a apenas um, em que a ideia da proposição é verdadeira. Discorro ainda sobre a diferença entre o “só pode” e os outros verbos auxiliares modais “ter que” e “dever”, quantificadores universais.

CAPÍTULO I

DA MODALIDADE

Introdução

Neste capítulo, abordamos a linguagem humana e introduzimos uma das duas categorias linguísticas que, segundo Hockett (1960), são responsáveis por haver a distinção entre língua e comunicação animal: a modalidade. Passamos por alguns contextos para que seja possível depreender os diferentes tipos de modalidade, a fim de que possamos, no capítulo seguinte, adentrar no cerne da análise semântica de uma expressão modalizada.

1.1 A linguagem humana

É inegável que o ser humano tenha conseguido se desenvolver ao longo da história por conta da comunicação. Imagine, por exemplo, construir um edifício como a torre Eiffel sem que haja diálogo entre o engenheiro e o mestre de obra. Não teríamos, também, imagens dela, porque, provavelmente, nem câmera existiria. Não haveria, possivelmente, o transporte aéreo, já que as informações das quais os pilotos precisam para levantar voo não são obtidas por eles, mas sim por pessoas especializadas para essa função. Quem lhes informaria a respeito do clima? Aliás, é também pouco provável que existisse um avião, uma vez que é o trabalho de muitas pessoas em conjunto que o faz existir. Disso podemos extrair que o nosso processo de aprendizagem seria profundamente afetado, assim como os produtos que com ele geramos, tendo em vista que as informações que hoje obtemos em livros, artigos e periódicos, responsáveis pela nossa formação acadêmica, cultural e social, não existiriam. Estaríamos, sem a comunicação, fadados à inércia e ao insucesso.

Quando entramos nesse campo comunicativo da linguagem, em grande parte das vezes, esbarramos, antes de chegarmos ao estudo do nosso conjunto de signos, fones e gestos, naqueles sons que os animais utilizam. Como se sabe, apesar de a linguagem ter possibilitado que nós estivéssemos onde estamos, dispendo das tecnologias que nos cercam, a habilidade de se transmitir ideias e informações não é algo específico dos humanos. Não é incomum

conhecermos alguém que seja dono de um papagaio (principalmente em cidades do interior) e que o animal “fale” algumas palavras a ele “ensinadas”. Há quem traga, ainda, a questão da linguagem das abelhas, as quais conseguem passar dados entre si sobre a localização de comida a depender da forma de sua dança e das repetições que dela as fazem. Se tanto nós quanto os bichos conseguimos nos comunicar, qual seria então o fator que diferenciaria a nossa linguagem daquela dos animais? Se precisássemos resumi-lo em uma palavra, talvez criatividade fosse o vocábulo escolhido. O fato de segmentarmos nosso código linguístico e utilizarmos seus elementos, que são dotados, por si só, de significação, em ordens diferentes e com eles formarmos novas sentenças¹, por exemplo, coloca-nos à frente das aves e dos insetos nesse quesito. Exemplificando, se a um papagaio fossem ensinadas três palavras: “Ana”, “quer” e “banana”, o teríamos proferindo-as nesta ordem, com o intuito de exprimir que um indivíduo quer uma fruta. Ou seja, não se esperaria que houvesse uma inversão dos elementos nem mesmo que “banana” flexionasse para o plural, em um contexto determinado. Todavia, uma criança no início de seu processo de aquisição da linguagem, ao internalizar as palavras em questão, associa-as a elementos de seu mundo e com elas é capaz de, espontaneamente, produzir enunciados por ela nunca ouvidos², dependendo de sua intenção e do contexto. Em outras palavras, as partes pequenas dotadas de sentido articuladas pelo indivíduo e a possibilidade de com ela formarem-se estruturas complexas e novas conferem à nossa língua a exclusividade da criatividade linguística. A linguagem da abelha, portanto, tem a sua relevância, devido à complexidade envolvida no processo de comunicação, porém, tal como a do papagaio e de todos os outros animais, carece de maleabilidade – transmite-se, apenas, a localização da comida por meio de gestos únicos.

A respeito da nossa comunicação, convém ressaltar também que não produzimos enunciados apenas como reação a estímulos, isto é, não falamos apenas quando condicionados a tal. Não é preciso que haja algum elemento externo para que sejam trocadas informações, para que a comunicação exista. É bem verdade que, tal como os animais, indicamos quando há algum alerta, perigo ou quando queremos tratar de algo relacionado a comida, contextos instintivos. Contudo, conseguimos extrapolar os limites físicos e temporais, se quisermos, e conjecturar acerca do futuro e do passado. Parece, como nos aponta Hockett (1960), que essa também é uma exclusividade de linguagem humana. Segundo o autor, tal propriedade, denominada de

¹ Admitiremos, por questões de praticidade, como sendo intercambiáveis *enunciado*, *período* e *sentença*, neste trabalho.

² Teoria da Gramática Universal (Chomsky 1981).

“deslocamento”, manifesta-se no domínio da temporalidade e da modalidade. O que isso quer dizer? Como já introduzido, conseguimos discutir sobre o que se espera para as próximas eleições, um evento futuro, ou a respeito do que aconteceu em 1989, a queda do muro que dividia a cidade de Berlim, por exemplo. Em relação à primeira, não temos certeza do que vai acontecer. Então, não é possível que definamos como verdadeira uma afirmação acerca do futuro, porque ele nos é incerto. Apesar disso, não deixa de ser um futuro que segue “o curso natural das coisas”, uma vez que se apresenta como provável continuação do nosso mundo real. Quanto à segunda, remetemo-nos ao passado e, por já termos presenciado o que se sucedeu, podemos dizer o que é falso e o que é verdadeiro, ou seja, o que aconteceu e o que não aconteceu. Essa transposição do tempo lograda por estruturas verbais e elementos que indicam temporalidade constitui a manifestação do deslocamento no domínio temporal.

Por outro lado, caso o muro, símbolo da Guerra Fria, nunca tivesse caído, não estaríamos diante de um cenário semelhante ao atual. A realidade seria outra, nosso mundo seria outro. Ainda nesse exercício imaginativo, coloquemo-nos na pele daqueles que ajudaram, lá no início do conflito, a construir a imponente cortina de pedra, na pele de um operário. O que provavelmente iríamos ouvir de nosso superior, caso nos recusássemos a trabalhar (sendo o mais otimista possível), seria algo do tipo “você deve erguer este muro”. O exemplo talvez não seja o melhor (nem mais preciso historicamente falando), mas ilustra o segundo domínio trazido por Hockett. Dissertar acerca do que poderia ter acontecido com o mundo todo caso não houvesse conflito algum e discutir sobre obrigações, deveres, de um soldado alude à categoria linguística denominada modalidade. Em outras palavras, quando entramos no campo da modalidade, estamos diante do fenômeno linguístico mediante o qual se qualifica como possível ou necessária a existência do estado de coisas descrito pela “proposição” modificada pela “expressão modal” (BRAVO, 2017). Sobre esta afirmação, faz-se necessário que se explique o que se entende por proposição e por expressão modal. Admitiremos aqui “proposição” como sendo o valor semântico, o sentido, de uma oração e “expressões modais” como sendo elementos responsáveis pela atribuição do valor de modalidade às proposições.

1.2 A categoria linguística modalidade

Em português, tratando agora exclusivamente da modalidade, há unidades linguísticas diversas que exprimem os sentidos de necessidade e de possibilidade. Logo, a modalidade é uma categoria “transgramatical” (BRAVO, 2017), no sentido que é expressa por palavras pertencentes a grupos morfológicos diferentes. Por exemplo, suponhamos que um garoto, João, tenha uma síndrome X, a qual o deixa com um nível do hormônio Y baixo. João precisa desse hormônio para continuar vivendo, portanto, torna-se indispensável a ele que o receba de alguma forma. Por sorte, sua família pode pagar por um tratamento. Este consiste em duas injeções diárias, para que tudo fique bem. A respeito disso, podemos dizer:

- (1) João deve tomar as injeções todos os dias, para sobreviver.
- (2) É necessário que João tome as injeções todos os dias, para sobreviver.
- (3) É uma necessidade que João tome as injeções todos os dias, para sobreviver.
- (4) Necessariamente, João toma as injeções todos os dias, para sobreviver.³

Conseguimos denotar o sentido de necessidade em (1), por meio do verbo “dever”. Já em (2), temos um adjetivo, “necessário”, trazendo tal significação. Em (3), quem assume o posto de modal é o próprio substantivo “necessidade”, enquanto em (4), temos um advérbio exercendo tal função. O mesmo ocorre em contextos em que se está trabalhando uma possibilidade. Passando a outro caso, tomando como exemplo não mais João, mas sim seu hipotético cachorro Joe, admitindo que o animal costumeiramente se exercita, tendo a informação de que um cão saudável com o seu porte consegue correr a 10 km/h e que Joe o faz, podemos dizer que:

³ É comum encontramos enunciados que, diferentemente de (4), em que haja dois elementos modais, sendo um deles o verbo auxiliar “dever” e o outro, um advérbio. A exemplo disso, temos “necessariamente, João deve tomar injeções todos os dias”. Lunguinho (2010) chama à atenção o fato de que a concordância modal no português brasileiro se mostra aceitável.

- (5) Joe pode correr a dez quilômetros por hora
- (6) É possível a Joe correr a dez quilômetros por hora.
- (7) É uma possibilidade a Joe correr a dez quilômetros por hora.
- (8) #Possivelmente, Joe corre a dez quilômetros por hora.

Note que, em (5), (6) e (7), mais uma vez, utilizando palavras que compartilham o mesmo sentido, desta vez o de possibilidade, foi possível construir enunciados cuja informação é a mesma – o cachorro mostra-se apto a correr a uma velocidade dadas as circunstâncias. Pegando em específico este último caso, vemos que, como já explicado, o verbo “poder”, em (5), exprime um sentido de capacidade, porém, em (7) e, principalmente, em (8), caso não estivesse estabelecido o contexto em que estamos inseridos, aquele no qual se sabe que o cachorro é capaz fisicamente de percorrer determinada distância em um período de tempo específico em virtude de seu treinamento, há quem dissesse que haveria uma outra interpretação de “poder”, uma diferença quanto ao sentido expresso pelo verbo. Ele não mais indicaria uma capacidade, mas sim uma previsão, tendo em vista aquilo que se sabe sobre o animal e sua espécie.

- (9) Tendo em vista que Joe é um cachorro saudável e treinado, ele pode correr a 10 km/h.

De fato, se mudássemos o cenário de análise, se não soubéssemos que o cachorro era capaz de performar tal velocidade, mas ainda assim, dispuséssemos de evidências que nos apontassem para o resultado de correr a 10 km/h, estaríamos diante de um mundo possível, formulado com base nas evidências disponíveis. Conclui-se que o sentido expresso pela modalidade de “poder”, apesar de ainda nos remeter a uma possibilidade, muda seu foco, de capacidade para suposição.

Essa mudança de significação não é exclusividade do verbo em questão. Em (1), caso fôssemos amigos de escola de João, convivéssemos com ele e o víssemos todos os dias, mas não soubéssemos sobre a sua rotina e que ele é submetido a um tratamento, mas, ainda assim,

tivéssemos disponível a informação a respeito de sua síndrome e de como tratá-la, poderíamos supor que, como nós o vemos vivo dia após dia, ele toma regularmente vacinas contendo hormônios. Então, algo do tipo poderia ser dito:

(10) Ele deve tomar injeções contendo hormônios, visto que está vivo.

Perceba que, neste caso, também trabalhamos com uma suposição. Ressalta-se que não mais se usa “dever”, em (10), como se faz em (1), no qual um contexto sugere que, orientado para um fim, o de sobreviver, o garoto necessita de tomar suas medicações, mas sim para formular uma provável constatação. Contudo, diferentemente daquela em que havíamos previsto que o cachorro Joe poderia correr a determinada velocidade por conta do que tínhamos como informação, a proposição em (10), quanto à sua veracidade, soa mais provável. Voltando aos exemplos recentes, sobre (9) e (10), é mais provável que aconteça aquilo que se diz utilizando o verbo “deve” do que aquilo que é modalizado por “poder”. A explicação para isso gira em torno da natureza dos dois verbos, das duas entradas lexicais e de seus valores lógicos, o que vai ser esclarecido no decorrer deste trabalho. Por ora, basta que saibamos que ambos se mostram “variáveis” quanto ao sentido expresso por sua modalidade, mas que ainda conservam uma essência, “poder” de possibilidade e “dever” de necessidade.

Apenas a fim de ilustrar melhor a diferença quanto à interpretação “mais forte” e “mais fraca” de uma suposição, que pode ser veiculada por ambos os verbos, imaginemos que houve um assassinato de um senhor, Pedro, em sua residência e que ninguém saiba quem é o assassino. É esperada uma reação aversiva das pessoas quanto ao fato assim como se supõe que haverá uma investigação para apurar as condições de morte e achar o culpado. Constata-se que a vítima morava sozinha e que a única pessoa que tinha acesso à casa, local do crime, era seu neto, Paulo. Como não havia sinal de arrombamento, o que se infere é que:

(11) O culpado pelo assassinato deve ser o neto da vítima.

Por outro lado, se mais de uma pessoa possuísse a chave da casa, a probabilidade de que fosse o neto o culpado diminuiria. Isso porque se abririam mais mundos possíveis, dos quais haveria um em que o assassinato seria cometido pelo neto, entretanto, da mesma forma, existiriam outros em que a vítima teria sido morta por outros suspeitos, os quais tinham acesso à residência. Logo:

(12) O culpado pelo assassinato pode ser o neto da vítima.

Nosso objetivo, contudo, no momento, não é esclarecer em que reside a diferença interpretativa, como já explicitado, portanto, voltemo-nos ao assunto que se desenvolvia antes de entrarmos neste pormenor. Vimos, então, que os verbos auxiliares modais podem indicar uma previsão, capacidade e ainda um fim, um objetivo, a depender do contexto em que se inserem. Ao primeiro tipo, relativo à conjectura de mundos possíveis e às necessidades baseando-nos naquilo que temos como evidência, chamaremos epistêmico. Logo, os mundos possíveis e as necessidades depreendidos de contextos inferidos a partir de evidências pertencem a este subtipo linguístico. São exemplos disso as sentenças (11) e (12). Quanto à modalidade referente à capacidade de seres e entidades, a chamaremos de habilitativa ou circunstancial. As sentenças (5) e (6) são exemplos deste tipo de modalidade. E quando está expresso um objetivo, para o qual se deve ou se pode fazer algo, teremos a modalidade teleológica. Como vemos em (1) e (2), João precisa de tomar seu medicamento para que possa sobreviver. Ainda há outros dois tipos de modalidade que serão trabalhados aqui: a modalidade deontica, que se relaciona a normas e regras, e a boulética, ligada ao desejo. Apesar de haver aqui um desejo de se viver em (1) e (2), Hacquard (2009), aponta que, na presença de um objetivo, tem-se a modalidade teleológica. Para esclarecer estas últimas, imaginemos que João esteja de castigo, por ter tido notas baixas e que, olhando pela janela, ele suspira pesadamente, esperando que chova para que o clima fique mais ameno.

(13) João não pode sair, já que está de castigo.

(14) Podia chover.

Em (13), temos expressa a modalidade deôntica, tendo em vista que João não pode sair de casa visto que está submetido às regras de comportamento quanto aos estudos, provavelmente estipuladas por seus pais. Já em (14), enunciado proferido pelo garoto, tem-se (desde que não seja o relato de uma modalidade epistêmica no passado) explícito, dado o contexto, seu desejo de que chova, logo, manifesta-se a modalidade boulética. Para que possamos avançar no tocante à nossa pesquisa, ao cerne deste trabalho, faz-se necessário explicitar, finalizando a questão dos tipos modais, que estes nem sempre serão facilmente identificáveis e que não só o contexto, mas também os elementos linguísticos disponíveis serão responsáveis por atribuir a um enunciado determinada fonte modal⁴. Para especificarmos esta questão, voltemos ao caso do assassinato de Pedro. Tomemos como base um mundo em que apenas seu neto detinha a chave da casa onde o senhor foi morto e que, por conta disso, aquele era apontado como principal e único suspeito de ter cometido o crime. Com o avanço das investigações policiais, percebeu-se que, quem matou a vítima não havia agido só – câmeras de segurança flagraram a participação de mais dois homens: um mais a longe, o qual, próximo à entrada da rua, parecia observar o movimento do local (o indivíduo não usava óculos e portava um rádio); e outro mais próximo ao portão da residência do avô do suspeito, parado dentro de um carro, no banco do motorista. Levando em conta que, nesse cenário, Paulo, o neto da vítima, não sabe dirigir e é míope (precisa utilizar óculos), e sabendo de sua participação no crime, é forçoso que tomemos como verdadeira a proposição modalizada em (16):

(16) Paulo não pode ser nem o motorista nem o vigia, porque faz uso de óculos e não sabe dirigir.

Isto é, uma vez que temos o conhecimento de que Paulo não é capaz de dirigir e que ele usa óculos para enxergar de longe, assumimos que sua função se restringia àquela de assassino do próprio avô. Senão esta, ele não poderia desempenhar função alguma, dadas as suas habilidades, ou melhor, capacidades. Defrontamo-nos, pois, neste caso, com a modalidade habilitativa. Contudo, caso fosse possível ao neto dirigir e enxergar a longas distâncias sem o auxílio de lentes corretivas e supondo que fossem encontrados vestígios os quais apontaram

⁴ Termo adotado por Bravo (2017, p. 19) para se referir aos tipos de modalidade.

para uma entrada na residência por parte de Paulo, não estaríamos mais diante da modalidade circunstancial, mas sim da epistêmica.

(17) Dado que indícios apontam que o neto esteve no local exato do crime, ele não pode ser nem o motorista nem o vigia.

Percebe-se mais uma vez que o contexto é fundamental para que haja uma definição quanto à semântica do verbo modal. Em (16), ele é dado pela segunda parte do nosso enunciado, que parece restringir o mundo que tomamos como sendo aquele mundo de avaliação, o mundo analisado. Isso é imprescindível para que admitamos como certa a classificação do tipo modal em questão como circunstancial. Já em (17), a primeira metade da nossa sentença indica sobre qual conjunto de proposições iremos agir, analisar, e, portanto, qual será nosso contexto.

Um outro bom exemplo de imprecisão em relação ao tipo de modalidade, quando não se tem um contexto bem definido, encontra-se relacionado às fontes bouletica e teleológica. Quando desejamos alguma coisa, temos uma razão por trás disso, mesmo que esta seja trivial, óbvia ou esteja relacionada a alguma necessidade básica. Por exemplo, tomemos como exemplo o garoto João da sentença (13), aquele que ficou de castigo. Imaginemos que no dia em que foi impedido de sair de casa, ele havia planejado jogar bola com seus amigos. Seus pais não o deixariam sair de casa caso chovesse, portanto, o desejo de João era de que isso não ocorresse. Ao longe, enquanto ainda não tinha recebido a notícia, por meios digitais, de que havia tido notas baixas no colégio, o garoto observava, encostado em uma das pilastras de seu prédio, já na companhia de seus amigos, os quais haviam trazido uma bola; nuvens pretas se aproximando. Então, o menino diz:

(18) Podia não chover hoje.

(19) Podia não chover hoje, para jogarmos bola.

(20) Bem que podia não chover.

Em (18), vista a contextualização feita previamente, conclui-se que há expressa a vontade de João quanto à não realização de um fenômeno. Há quem diga, por isso, que se trata de uma proposição cuja expressão modal encaixa-se no tipo boulético. Não estaria errado quem o fizesse, porém, é preciso que se preste atenção aos elementos linguísticos expressos no momento da enunciação: se, em vez de ter dito apenas o período expresso em (18), o menino proferisse (19), por conta de haver uma oração final explícita, nossa modalidade passaria de boulética para teleológica (quando se encontra explícita a finalidade, encontra-se a fonte teleológica). O desejo de João é que não chova justamente para que seja possível jogar bola. Sua vontade, logo, está ligada à finalidade. A fim de que as coisas se realizem à sua maneira em um futuro, projeta-se o cenário ideal, que expressa o desejo do falante. Sobre isso, os teóricos parecem não ter uma definição clara a respeito dos limites existentes entre esses dois tipos de modalidade. O que é possível de se atestar é o uso da expressão “bem que”, em (20), no português brasileiro falado para reafirmar a intenção de se expressar um desejo, algo próximo ao uso do verbo “poder”.

Poderíamos conjecturar a respeito da força do verbo modal “poder” em contextos bouléticos e como a expressão que encabeça os enunciados desse tipo vem crescendo ao longo do tempo. É uma discussão válida. Todavia, nosso intuito, por agora, não é explicar este fenômeno, embora haja uma carência de estudos acerca não só a respeito disso, como no que diz respeito à semântica modal. Convém apenas que percebamos, tendo em vista aquilo que foi apresentado, que existem limites não muito bem estabelecidos entre alguns tipos de modalidade e que suas classificações são dependentes do contexto. Visto isso, passemos à estrutura de uma expressão modal, como são arranjadas as proposições e de que forma os verbos “dever”, “poder” e “ter que” atuam sobre elas.

Conclusões preliminares

Como visto, a modalidade, categoria linguística presente em enunciados em que existe ou uma noção de possibilidade ou uma ideia de necessidade, apresenta-se de diferentes formas. Estas, chamadas de tipos de modalidade, são classificadas de acordo com o sentido que se extrai das sentenças. Temos (i) a modalidade deôntica, quando o contexto nos mostra que a possibilidade ou a necessidade está ligada a regras pré-estabelecidas; (ii) a modalidade epistêmica, se existe uma suposição que está sendo feita com base em evidências, tendo em

vista o curso natural dos acontecimentos; (iii) a habilitativa, quando tratamos de capacidades, alguém pode correr, por exemplo, uma maratona, se essa pessoa estiver preparada para isso; (iv) a boulética, se o que está em pauta é um desejo do falante; e (v) a modalidade teleológica, que tem como característica a presença de um objetivo, uma meta. Ademais, verificou-se uma disparidade no tocante à força dos verbos modais auxiliares.

CAPÍTULO II

SEMÂNTICA MODAL

Introdução

Neste capítulo, abordaremos como se constitui uma expressão modalizada e como seus constituintes se classificam. A proposta é ampliar o estudo acerca da categoria modalidade, trazendo como se relacionam os elementos responsáveis à proposição. Para isso, recorreremos à teoria de Kratzer (2012), a qual norteará nossa discussão ao longo deste trabalho.

2.1 Aspectos semânticos da modalidade

A respeito das conjecturas que podem ser feitas em relação às possibilidades e às necessidades de ocorrência de um determinado evento em mundos alternativos⁵ ao nosso e ao mundo atual, por meio das expressões modais, é intuitivo a nós atribuir um valor de verdade às proposições modificadas por elas, isto é, a depender do mundo que definimos como sendo o mundo de avaliação, podemos ter o valor semântico de uma oração como sendo verdadeiro ou falso. Isso ocorre porque as sentenças modais têm valor empírico, constituem declarações contingentes, declarações que são verdadeiras ou falsas a depender das circunstâncias no mundo avaliado (VON FINTEL; HEIM, 2011). Basta lembrarmos do exemplo de Paulo e da sentença (16). Sobre esta, havíamos dito que, dadas as devidas condições, ou seja, uma vez estabelecido o mundo sobre o qual seriam feitas declarações, seu conteúdo semântico era verdadeiro. Observe:

(21) De acordo com o que se sabe, o neto pode ser o assassino.

⁵ “Mundo possíveis” são entendidos aqui, segundo Lewis (1973), para quem eles correspondem às maneiras como as coisas poderiam ter sido.

Voltando ao caso do assassinato de Pedro, em (21), ao restringirmos os mundos possíveis àquele em que, dispondo de informações, evidências, somos levados a julgar o neto como sendo um possível culpado por um crime, estamos também restringindo os conjuntos de proposições possíveis relacionadas a este mundo. Em outras palavras, ao selecionarmos nosso mundo de possibilidades, selecionamos também os conteúdos semânticos a ele relacionados (HACQUARD, 2013). Quanto a isso, sobre a modalidade deôntica, von Fintel e Heim (2011) dizem que estruturas restritivas, como “o que a lei permite” e “tendo em vista o que sabemos”, possuem valores diferentes dependendo do mundo possível em que são analisadas. Tomemos “o que a lei permite” como exemplo. O que é permitido pela lei em um mundo possível é diferente do que é permitido em outro, contudo, em cada mundo possível, a limitação imposta pela restrição corresponde a um conjunto de possibilidades próprias e restritas àquele mundo, particulares dele. No mundo em que vivemos, a proposição “Eu poder⁶ roubar” é falsa, uma vez que nossa legislação é contra o roubo e, por isso, prevê que haja punições em situações do tipo. Essas frases restritivas revelam um conceito cunhado por Kratzer (2012), o fundo conversacional (mais precisamente, a base modal). Segundo a autora, tanto o fundo conversacional quanto o que ela vai chamar de força modal são os dois ingredientes envolvidos na interpretação dos modais.

2.2 Força modal e fundo conversacional

Com os exemplos de expressões modalizadas regidas por verbos auxiliares que tivemos até agora, vimos a influência que o contexto exerce em sua interpretação, a atuação de um contexto a fim de restringir os mundos possíveis àquele de avaliação (logo, constatamos a presença do fundo conversacional). Ademais, se voltarmos àquele tópico relacionado à força interpretativa, sendo esta mais ou menos forte, como no exemplo do responsável pelo assassinato em (11) e (12) — a diferença entre dizer que alguém pode ser o assassino e que ele ou ela deve sê-lo — iremos nos deparar justamente a força modal. De acordo com a teoria kratzeriana (2012), os verbos modais possuem um valor intrínseco de quantificação, a força modal, e, a depender do fundo conversacional, assumem uma ou outra interpretação (deôntica, epistêmica, circunstancial etc.). Como nos afirma Pessoto (2011, p. 39), “a força modal é o único desses ingredientes que é dado pelo item lexical. Ela determina se o modal tem força de

⁶ O verbo está no infinitivo visto que se analisa aqui a sua semântica apenas.

necessidade ou de possibilidade”. E o que isso significa? Seguindo a linha de raciocínio de Kratzer, um modal de possibilidade aponta que, dentre os mundos possíveis, existe pelo menos um em que a prejacente, a proposição que está sendo modalizada, é verdadeira. Por outro lado, um modal de necessidade, como “dever” e “ter que”, pressupõe que, em todos os mundos disponíveis, a proposição assume o valor de verdadeira.

Seguindo essa linha de raciocínio, deparamo-nos com a classificação dos verbos auxiliares “poder”, “dever” e “ter que” em quantificadores lógicos. Àquele, ligado à assertiva de que, em pelo menos um mundo possível, a proposição modalizada é verdadeira, chamou-se de quantificador existencial (\exists); e denominaram-se quantificadores universais (\forall) o segundo e o terceiro. Partindo disso, fica mais fácil, agora, entender o que tínhamos, anteriormente, com os exemplos (11) e (12), definido como a “intensidade” ou “força” dos modais. Quando dizíamos que havia a possibilidade de o neto ser o culpado pelo assassinato de seu avô, por meio da sentença modalizada por “pode”, estávamos dizendo que havia um mundo (W) em que aquele (p) havia sido o executor (A) do crime ($\exists WAp$). Isso não quer dizer que restringíamos todos os possíveis cenários à participação do neto em tal posição. Para tal efeito, porém, basta substituímos “poder” por “dever”, que os mundos possíveis mostram ter em comum o fato de o neto (p) ser o assassino. Logo, para todos esses mundos (W), ($\forall WAp$), a prejacente “o neto ser o assassino” é verdadeira.

Dito isso, voltemos ao fundo conversacional. Mencionou-se, anteriormente, que é ele o responsável por definir o tipo de modalidade, uma vez que o “common core”, força modal, do verbo auxiliar modal é inalterável, e que, aquele, nesse âmbito, possui relação com as restrições, as quais fazem o papel de selecionar os mundos de avaliação. Porém, resta-nos entender o que de fato constitui esse fundo conversacional. Em primeiro lugar, é mister que saibamos que as expressões modalizadas são, como diz Kratzer (2012), predicados de dois lugares.

(22) Tendo em vista o clima, pode chover hoje.

Tomando como base a sentença em (22), é possível enxergar (ainda mais por conta da presença da vírgula) esses dois lugares dos quais fala Kratzer. “Tendo em vista o clima” é o primeiro, classificado como a restrição modal, enquanto “pode chover hoje”, o segundo, é o

escopo modal (a proposição prejacente). Segundo a autora, é essa a estrutura padrão de uma expressão modal. É possível, ainda, que a restrição não esteja explícita. Nesse caso, depreender-se-á, a partir de informações contextuais não linguísticas, qual o tipo de modalidade. Quanto a isso, mostra-se bastante pertinente a explicação de Mendes (2019) acerca da teoria kratzeriana. De forma simplificada, os *backgrounds* conversacionais⁷ (BCs) restringem o conjunto de mundos possíveis sobre os quais os verbos auxiliares modais quantificam. Ou seja, são “funções que mapeiam mundos possíveis em conjuntos de proposições” (KRATZER, 2012). Em (22), nosso entendimento de que se trata de uma modalidade epistêmica só é possível graças ao fundo conversacional, à restrição modal. Se juntarmos as duas informações, percebemos que a restrição modal atua como um fundo conversacional. Passando à teoria, Pessoto (2011) nos mostra que a restrição modal, é, de fato, dada pelo contexto, que pode ser linguisticamente expressa por frases “restritivas” e que essa restrição corresponde à ideia de base modal. De acordo com Kratzer (2012), base modal é uma das duas informações contextuais ligadas ao fundo conversacional que determina o conjunto de mundos possíveis. Mendes (2019) afirma que a base modal é um fundo conversacional, que fornece o conjunto de mundos sobre o qual o modal quantifica. Em outras palavras, ela representa a forma modal de se raciocinar. Kratzer, aponta para a existência de duas bases: a epistêmica e a circunstancial, ambas atribuindo a cada mundo possível o conjunto de proposições verdadeiras naquele mundo. A primeira, como é possível de ser inferido, seleciona mundos que estão de acordo com o conhecimento do falante, ao passo que a segunda diz respeito a mundos que replicam certas circunstâncias, não epistêmicos (MENDES, 2019). Lembremo-nos, a fim de exemplificar o que acima foi discutido, da situação de João, que está de castigo e não pode sair para brincar com seus amigos.

(23) João pode sair com os amigos, já que não está de castigo.

(24) João pode ter saído com os amigos, já que não atende o telefone.

Em (23), a restrição modal expressa por “já que não está de castigo”, indica tratar-se de uma base não epistêmica. Se lembrarmos dos tipos de modalidade, veremos que se trata de uma modalidade deôntica. Com base nas regras estipuladas, João não pode sair de casa. Tem-se,

⁷ Fundos conversacionais.

portanto, uma base circunstancial. Já em (24), por conta de uma informação, presume-se que ele não esteja em casa. Tendo em vista as evidências, disponíveis, faz-se a assertiva. Verifica-se, pois, a modalidade epistêmica e, por conseguinte, uma base modal de igual classificação. Quanto aos verbos modais, considerando o conceito de base modal, serão classificados em modais de raiz e modais epistêmicos. Aos primeiros, liga-se a base circunstancial e aos segundos, a base epistêmica. Não é nosso objetivo adentrar em detalhes sintáticos relacionados aos dois tipos de modais, todavia é válido ressaltar o que nos apresenta Hacquard (2013), como sendo uma característica que os difere. Segundo a autora, os modais epistêmicos, na sentença, ocupam uma posição acima quando comparados aos modais de raiz. No esquema da estrutura sintática, verifica-se que aqueles fazem referência ao nível flexional (TP), enquanto os de raiz se restringem ao evento descrito no nível verbal (VP). Segundo a autora, quanto mais alta é a posição na sentença, maior a chance de haver uma correspondência entre o que se diz e o conhecimento do enunciador.

Ainda no que diz respeito ao fundo conversacional, até 1981, pouca atenção havia sido dada ao fato de que as línguas naturais têm maneiras de comparar e “graduar” as possibilidades. Na língua portuguesa, percebemos que existem expressões que, além de possibilidade e necessidade, expressam gradualidade: “é mais provável que”, “é pouco provável que”, entre outras (PESSOTO, 2011). Ou seja, parece que existem mundos mais próximos e mais distantes daquilo que se considera como sendo o mundo ideal, o mundo na qual a ação expressa do prejacente acontece. Sobre isso, Kratzer (2012) define como fonte de ordenação essa organização dos mundos da base modal, de forma com que existam mundos mais distantes e mais próximos dos ideais. Quanto mais próximo do ideal, mais possível ele é (KRATZER, 2012). As fontes de ordenação, então, são usadas como restrições de domínios para o conjunto de mundos possíveis. Não todos, mas apenas os mundos mais próximos aos ideais importam tendo em vista o que é necessário ou possível. À medida que o domínio de mundos acessíveis diminui, os modais de necessidade ficam mais fracos e os de possibilidade, mais fortes (KRATZER, 2012).

Em suma, no sistema kratzeriano, o modal é um operador que quantifica mundos possíveis, restringido por uma base modal (circunstancial ou epistêmica), que opera sobre mundos possíveis, os quais são ordenados pela fonte de ordenação, tendo em vista sua proximidade com o mundo em que há a realização da ação contida na expressão modalizada. Tanto as bases modais quanto a fonte de ordenação são definidas pelo contexto, sendo a força

modal o único elemento que permanecerá imutável – “poder” indicando possibilidade e “dever”, necessidade. Isso faz com que uma possível análise para esses verbos seja a de que possuem uma única entrada lexical (HACQUARD, 2009).

Como uma forma de esclarecermos os pontos neste capítulo discutidos, passemos a dois esquemas, construídos com base na proposição expressa em (25), que ilustra uma situação diferente daquela em que nosso garoto João se encontra, aquele que está de castigo:

(25) Tendo em vista que não estou mais de castigo, posso sair de casa.

Figura 1:

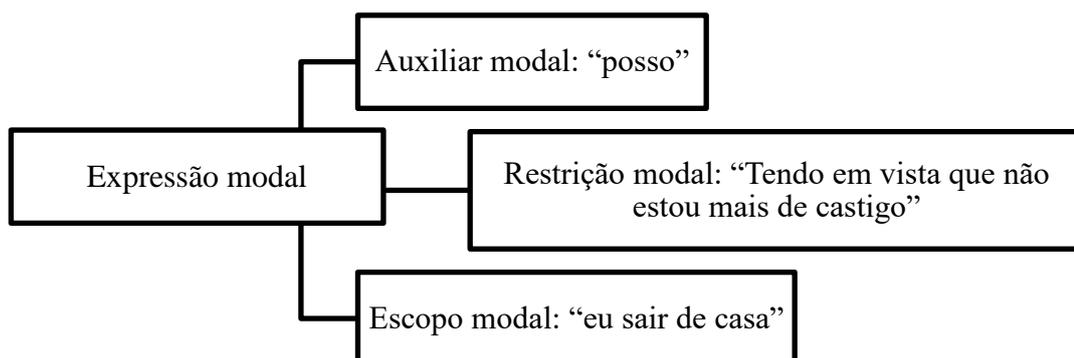
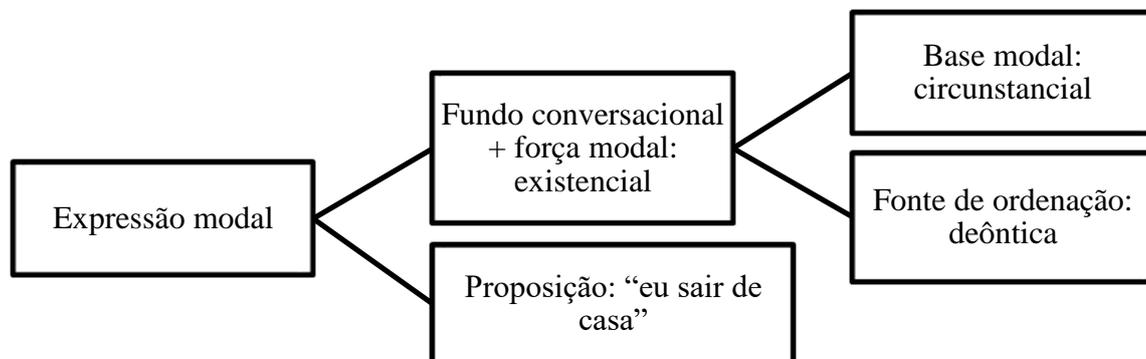


Figura 2:



Com base no que foi visto até agora a respeito do comportamento dos modais e de seus constituintes, chega-se aos esquemas acima. Dividindo a expressão modal (25) em duas partes, “tendo em vista que não estou mais de castigo” e “posso sair”, conseguimos perceber que a primeira é aquela que, literalmente, restringirá os mundos sobre os quais se está falando, trazendo a ideia de que se trata de uma limitação imposta por conta de regras. A isso, relacionam-se o conceito de base modal e fonte de ordenação. Neste caso em específico, temos a base modal circunstancial e a fonte de ordenação deôntica. A proposição, escopo modal, logo, “sair de casa”, a qual está sendo modalizada, adquire um valor de nos cenários selecionados pelo fundo conversacional (união da base modal e da fonte de ordenação). Ressalta-se que esse valor é definido, também, por outro fator – a natureza quantificadora do verbo: “poder” pressupõe que a proposição seja verdadeira em, pelo menos, um dos mundos em análise. Se assim o for, tem-se uma sentença feliz, adequada.

Conclusões preliminares

Ao longo desta seção, discutiu-se, de maneira mais aprofundada, a estrutura de uma expressão modal. Vimos que, de acordo com Kratzer (2012), existem dois elementos responsáveis por dar forma à uma expressão modal: a restrição modal, responsável por determinar qual o contexto com o qual se trabalhará, e o escopo modal, a proposição a ser modalizada. Segundo a autora, o contexto é composto pelos conceitos de base modal e fundo

conversacional, os quais definem qual o “plano de fundo” sobre o qual se desenvolverá a enunciação. Junto ao *background* conversacional, é importante que se cite o conceito de força modal, uma característica lógica dos verbos modais auxiliares, apontada por Kratzer. Os verbos “poder”, “dever” e “ter que” são quantificadores lógicos que atuam sobre os mundos possíveis de realização da proposição. Ou seja, são filtros que restringem ou ampliam as possibilidades que se apresentam devido ao conteúdo semântico da sentença a ser modalizada. O primeiro, “poder”, é um quantificador existencial, enquanto os outros dois são universais.

CAPÍTULO III

O VERBO MODAL *PODER*

Introdução

Neste capítulo, voltamos nossas atenções ao verbo “poder”, como a força modal desse verbo se relaciona com diferentes contextos, ou seja, como o quantificador existencial se comporta quando relacionado a bases modais e fontes de ordenação epistêmicos. Na sequência, vemos o fenômeno descrito por Bravo (2017) como encadeamento de modais e de que maneira a interação entre “poder” e outro modal nos ajuda a identificar com qual modalidade nos deparamos.

3.1 *Poder* e suas modalidades

Agora que já passamos pelos conceitos de semântica modal necessários para que nossa pesquisa avance, chegamos, então, ao cerne de nossa discussão: o verbo auxiliar modal “poder”, junto ao vocábulo “só”. Antes, não era possível que o abordássemos de forma mais exaustiva e individual, tendo em vista a necessidade que havia de se deixar clara a teoria levantada por Kratzer quanto à semântica modal.

Primeiramente, é importante que ressaltemos a natureza quantificadora do verbo “poder”. Assim como “dever” e “ter que”, “poder” é, de acordo com a semântica kratzeriana, um quantificador lógico, responsável por modalizar uma proposição tendo em vista a sua realização em mundos possíveis. Porém, diferentemente dos outros verbos mencionados, “poder” é classificado como, estritamente, um quantificador existencial (\exists). Ou seja, sua presença pressupõe que a expressão que está sendo modalizada acontece em, pelo menos, um dos possíveis mundos dos quais tratamos. Imaginemos a seguinte situação. Após jogar sua mochila ao lado de sua cama, depois de um longo dia na escola, João se depara com seus livros fora de lugar, com a sua cama bagunçada e com seus tênis virados para baixo. Já que, durante a sua ausência, a porta de seu quarto ficou destrancada e aberta e que, provavelmente, seu cachorro estava em casa enquanto ele estava na escola, é possível que o “estrago” em seu quarto

tenha sido provocado pelo seu animal de estimação. Porém, não se tem certeza de que tenha sido o cachorro o responsável pela bagunça e a incerteza só aumenta quando João descobre que seu irmão havia levado o animal para tomar banho durante a tarde. Resumindo, não se sabe ao certo quem foi o culpado pelo fato, entretanto, temos um suspeito.

(26) Já que o quarto está revirado, Joe, o cachorro, pode ser o responsável pela desorganização do cômodo.

Quando dizemos que o cão pode ter sido o responsável pela situação toda, com nosso discurso, estamos querendo dizer que, haja vista as evidências que se apresentam para nós, uma maneira como as coisas podem ter ocorrido gira em torno de Joe ter mexido nos livros, na cama e nos tênis. Em outras palavras, Joe foi o responsável pela bagunça no quarto de João em pelo menos um mundo possível. Quanto mais certeza houver em relação ao culpado canino, mais próxima ao universal se torna a proposição (Joe ser o responsável pela desorganização do cômodo), visto que os mundos possíveis passam a compartilhar o fato de que a desorganização foi causada pelo cachorro. Passaríamos, então, a trabalhar com um verbo cuja quantificação é universal, como o “dever” ou o “ter que”.

No tocante às interpretações modais associadas a “poder”, é mister que se revisem as fontes de ordenação que se relacionam a esse quantificador existencial. Antes disso, faz-se necessário que lembremos a constituição do que se chama de fundo conversacional. A base modal, uma das duas partes que compõe o “background conversacional”, tem relação com a restrição que é imposta aos mundos possíveis, podendo ser circunstancial ou epistêmica. Já a fonte de ordenação é um parâmetro, assim como a base modal, contextual, que irá organizar os mundos possíveis com base no ideal, mundo em que aquilo que é modalizado ocorre. Exemplificando, o mundo ideal de uma expressão modal como (26) é aquele em que o responsável pela bagunça é o cachorro. Em um contexto em que se depreende uma base circunstancial e uma fonte de ordenação deontica, o mundo ideal passa a ser aquele em que as regras e normas são cumpridas. Tratando-se de outras expressões de base circunstancial cujas fontes são bouléticas e teleológicas, o mundo ideal constitui a realização de um desejo, respectivamente. Quanto à habilitativa, é no mundo ideal que há a realização da ideia ou ação relativa à capacidade de algum ser.

É de se esperar que, a este ponto, tenhamos percebido que “poder” se relaciona com todos os tipos de modalidade vistos até então. Há diversos exemplos epistêmicos, deônticos, habilitativos e teleológicos: em (26), evidencia-se a modalidade epistêmica e, na sentença (25), aquela em que João não está mais de castigo, aparece a modalidade deôntica, pois trata-se de regras – ele estava de castigo porque não respeitou normas pré-definidas. Quanto às últimas duas, vejamos os seguintes enunciados:

(27) Para emagrecer até o final do ano, posso seguir uma dieta.

(28) O instrutor pode ficar até dois minutos embaixo d’água.

Se admitirmos que a expressão modal em (27) tem relação com um objetivo, tem-se aí uma modalidade teleológica. Na sentença seguinte, por outro lado, em virtude de seu treinamento, é possível que o instrutor fique embaixo d’água por dois minutos. Configura-se, então, a modalidade relacionada à capacidade (habilitativa). Note que deixamos de fora uma interpretação modal – a boulética. Sobre este, é importante que definamos que, enquanto verbo conjugado no presente do indicativo, “poder”, como auxiliar, parece não corresponder à ideia de desejo.

(29) #Pode chover agora à noite.

(30) Podia chover agora à noite.

Imaginemos que esteja muito calor na região em que João mora. Como seu destino é ficar em casa, já que não estudou nem obteve notas boas, o máximo que ele pode fazer é jogar videogame e assistir à televisão. Para isso, deseja que o clima amenize, caso contrário ficar em casa torna-se um desafio, junto a outro enorme – o de passar de ano na escola. Nesse cenário, é imperativo dizer que, dentre os dois enunciados acima expostos, é mais provável que João profira (30) em vez de (29). A razão por trás disso é justamente a não percepção por parte de um falante nativo do português brasileiro de que existe um desejo implícito em (29). Geralmente, estruturas como a primeira estão relacionadas à modalidade epistêmica. Logo,

verifica-se que a modalidade boulética do verbo poder está restrita a um tempo verbal específico: o pretérito imperfeito (PESSOTO, 2011).

3.2 A sintaxe do modal *poder*

O segundo ponto a se abordar em relação ao verbo “poder” é a sua posição sintática e sua estrita relação com o tipo de modalidade assumido pelo verbo em decorrência dessa sua posição. O modal “poder”, nesse âmbito, assim como os verbos “ter” e “estar”, ocupa, logicamente, a posição de verbos auxiliar, inicial⁸, em uma perífrase verbal, isto é, na presença de outro verbo em forma nominal, o modal se flexiona em número e pessoa (além de tempo e modo). Todavia, deparamo-nos com um conceito novo quando há dois verbos modais em sequência, sendo os dois auxiliares. Este encadeamento é chamado por Bravo (2017) de cadeia de auxiliares.

(31) João pode ter que faltar ao nosso encontro.

(32) João deve poder comparecer à festa.

Imaginemos que João, o mesmo garoto que ficou de castigo em alguns exemplos atrás, tenha crescido e se formado. Por conta disso, conseguiu um bom emprego e trabalha todos os dias. Um dia qualquer, na empresa que o empregou, João criou um projeto e apresentou-o a seu chefe, o qual lhe pediu que fizesse, naquele, algumas alterações. Isso lhe tomaria algumas horas extras, se o projeto fosse finalizado ainda no dia em que houve a sua apresentação. Caso João optasse por concluí-lo, não conseguiria chegar a tempo à festa de aniversário de um de seus amigos, Paulo, devido ao tempo a mais trabalhando. Suponhamos que tenha sido passada a informação aos amigos de João que iriam à festa de que este provavelmente não iria encontrá-los. Contudo, visto que não era necessário que o projeto fosse finalizado no mesmo dia, a possibilidade de João ir à festa era a mesma, para seus amigos, de ele não comparecer a ela. Partindo desse pressuposto, tanto (31) quanto (32) são possíveis de serem proferidas. Em

⁸ Como visto em (29) e (30), o verbo “poder” encontra-se à esquerda em uma locução verbal.

ambas, podemos verificar que existem dois verbos modais auxiliares⁹ em sequência e que, analisando-se o tipo de modalidade presente nas duas, constatamos que os primeiros apresentam a modalidade epistêmica, enquanto seus subsequentes, deôntica. Seria, então, uma regra falarmos que compete à modalidade X um determinado espaço Y (que a modalidade epistêmica será encontrada sempre na posição inicial e a deôntica, na final na cadeia modal)?

A respeito disso, é importante mencionarmos uma informação apresentada por Hacquard (2013) em relação à posição do verbo auxiliar epistêmico: este, quando comparado a um modal de “raiz”, de base circunstancial, deôntico, encontra-se em uma posição sintática mais elevada. Isso quer dizer que, em uma situação de co-ocorrência modal, é bem provável que o primeiro elemento seja epistêmico. Outrossim, verifica-se que advérbios modais como “possivelmente” e “seguramente” ocupam uma posição mais topicalizada nas orações que modificam. Nesse cenário, Bravo (2017) afirma que as posições oracionais mais externas são ocupadas por unidades linguísticas que expressam subjetividade. Então, tem-se um verbo modal epistêmico em uma posição mais “à frente” da sentença, assim como se tem um advérbio como “possivelmente” em uma posição topicalizada, dada a relação entre o falante e a oração. É importante ressaltar que, apesar de esta ser uma seção destinada ao verbo “poder”, o que falamos até então se aplica a outros verbos modais. Portanto, a modalidade epistêmica é a modalidade da subjetividade e orienta-se para o falante e não para o indivíduo indicado pelo sujeito.

É importante dizermos também que, apesar de termos visto que epistêmicos, em uma cadeia de auxiliares, estarão em posições mais elevadas em comparação aos modais de raiz¹⁰, não podemos afirmar que a posição mais topicalizada será sempre ocupada por um auxiliar daquela modalidade. É possível que haja dois auxiliares deônticos coocorrendo. Para isso, retornemos ao exemplo de João, o qual está incumbido de alterar seu projeto e, também, de participar da festa de seu amigo. Suponhamos, então, que seu chefe, vendo que o rapaz, faltando cinco minutos para o fim do expediente de ambos, ainda estava no escritório, indaga-lhe o motivo de estar na empresa, em vez de estar se preparando para ir à festa de Paulo. João, o qual está acostumado a cumprir seu horário de trabalho à risca, responde-lhe dizendo:

⁹ Apesar de termos dito que o verbo modal “ter que” não apareceria neste trabalho, preferimos por adotá-lo partindo do pressuposto de que “dever”, em (25), em substituição àquele, tornaria a sentença agramatical:

*João pode dever faltar ao nosso encontro.

¹⁰ Modais não epistêmicos

(33) Esqueci-me de trazer uma roupa mais casual, chefe. Além disso, não posso sair agora – faltam ainda cinco minutos para o fim do meu turno.

(34) João, você tem que poder se divertir! Deixe o restante do trabalho para amanhã e vá ao seu encontro.

Seu chefe, devido à resposta de João, não se sente bem com a situação do rapaz e decide adiar o prazo da entrega do projeto - (34). Nota-se que, nas duas sentenças, a modalidade expressa é a deôntica, levando-se em conta que o motivador da ocorrência do verbo poder é uma limitação imposta por meio de regras em seu ambiente de trabalho. Na segunda ocorrência, há um sequenciamento de dois verbos modais (“ter que” e “poder”), que apresentam, ambos, a modalidade deôntica. Logo, além de poder haver um encadeamento de auxiliares modais em que o primeiro verbo é um modal epistêmico e ou segundo, um modal de raiz, existe a possibilidade de termos dois modais de raiz, neste caso, deônticos, seguidos.

Respondida a pergunta feita anteriormente, quanto à posição dos epistêmicos e deônticos na cadeia auxiliar, voltemo-nos à relação existente entre deônticos e epistêmicos e o falante. Percebamos que em (35), são possíveis, no mínimo, duas interpretações – deôntica (Paulo está apto a comprar um carro, por exemplo, por ter dinheiro) e epistêmica (Paulo, provavelmente, tendo em vista aquilo que se sabe, comprará um carro). Quanto a (36), é pouco provável que um falante de português do Brasil utilize-a com o desejo de expressar a modalidade deôntica, mas sim com o intuito de indicar que há uma possibilidade de o carro ser adquirido por Paulo. Em outras línguas românicas, como o espanhol, parece haver a mesma improbabilidade no tocante ao emprego de estruturas linguísticas como a discutida, com fins de expressar-se a modalidade deôntica.

(35) Paulo pode comprar um carro.

(36) Um carro pode ser comprado por Paulo.

(37) #El coche tiene permiso para que Paulo lo compre.

(38) #O carro tem a permissão de ser comprado por João.

Bravo (2017) conjectura a respeito da agramaticalidade de uma sentença como (38): supõe-se que, neste caso, haja uma imposição semântica feita pelos auxiliares modais deônticos no tocante ao argumento externo. Ocorre uma atribuição de papel temático a este, o qual deve possuir a propriedade de [+ animado], humano. Ademais, ainda que não haja, seguindo essa linha de raciocínio, um sujeito marcado, haverá a subordinação da permissão a uma figura humana, a alguém, tendo em vista que objetos não possuem restrições a eles impostas. Portanto, é notório que exista uma relação entre a modalidade deôntica e o sujeito, da mesma forma que há uma ligação entre os auxiliares epistêmicos e o falante.

Pessoto (2011) contribui para este último ponto ao comparar duas flexões do verbo “poder” diferenciando-os, principalmente, no que diz respeito à subjetividade. “Podia”, quando comparado a “pode”, parece demonstrar um movimento de afastamento do enunciador quanto ao conteúdo apresentado. Além disso, não há uma fonte de ordenação definida para a base modal incluída na expressão modal composta por “podia”. Enquanto “pode”, visto seu morfema nulo, restringe os mundos da base modal àqueles mais semelhantes às do mundo real, conforme o que se sabe sobre ele, e a fonte de ordenação organiza esses mundos conforme a “normalidade”, como diz Pessoto (2011:89); “podia”, por sua vez, não restringe os mundos da base modal aos mais próximos do real nem os organiza segundo o que se prevê que vá acontecer no mundo futuro mais provável, já que é possível que seja proferida uma sentença como (39) sem que haja nenhum indício que aponte uma possível realização dessa ação. Além disso, o desejo que se depreende de uma sentença cujo verbo está no imperfeito corrobora a não necessidade de haver uma aproximação entre os mundos prováveis e o ideal, aquele em que a proposição modalizada acontece.

(39) Pode não ter aula amanhã, porque os professores ameaçaram entrar em greve.

(40) Podia não ter aula amanhã.

Conclusões preliminares

Neste capítulo, voltamos nossas atenções ao verbo modal “poder”. Este verbo é, segundo Kratzer (2012), um quantificador existencial. Isso significa dizer que, por meio dele, os mundos possíveis de realização da ação contida na expressão modalizada não são tão restritos como aqueles resultantes em uma expressão cujo verbo auxiliar modal é ou “ter que” ou “dever”. O verbo “poder”, então, trabalha com mais alternativas que os outros dois modais analisados até agora. Quando às fontes de ordenação, pode-se dizer que o verbo “poder”, quando conjugado na terceira pessoa do singular, relaciona-se bem com os diversos tipos de modalidade, exceto com a modalidade boulética. Não parece haver uma identificação (nem uso) por parte do falante do português brasileiro de uma vontade contida em uma expressão como “pode chover agora à noite”. Porém, isso já ocorre com o modal no imperfeito (“podia chover hoje”).

Além disso, estudou-se a sintaxe envolvida na estrutura modal que contém o verbo “poder” como auxiliar. Bravo (2017) nos mostra que existem situações em que dois verbos modais auxiliares coexistem (encadeamento modal) e que a posição que cada um deles ocupa é determinante para que se estabeleça qual o tipo de modalidade ao qual se associam. Isto é, a posição sintática dos verbos, em contextos em que há um encadeamento, é crucial para que se extraia o sentido da modalidade de cada um. Quando o “poder” está em uma posição mais elevada, alçada, topicalizada, sua modalidade é epistêmica; quando em posições mais centrais, ou seja, antecedido por outro modal, a modalidade é a deôntica. Ainda é possível que existam dois verbos modais deônticos em uma sequência – e um deles ser o “poder”.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DA CONSTRUÇÃO *SÓ PODE*

Introdução

Neste capítulo, estudaremos o “só” prototípico e como se relacionam a ele os conceitos de foco, exaustividade e escalaridade. Ademais, buscaremos entender qual a influência que essa partícula exerce sobre o modal “poder” e se o resultante dessa interação, o verbo “só pode” (admiti-lo-emos como um verbo auxiliar modal), equipara-se, em força modal, aos auxiliares “dever” e “ter que”. Para isso, analisaremos contextos cujas bases modais e fontes de ordenação são diferentes.

4.1 *Só*

Uma vez finalizada a análise isolada do verbo “poder”, passemos para o estudo de enunciados em que este elemento lexical se liga ao “só”. Antes, entretanto, de tratarmos a respeito de estruturas em que há a aparição de ambas as palavras, é preciso que se estabeleçam alguns conceitos que se atrelam ao novo vocábulo em destaque. Para isso, faz-se mister citar Gritti e Resenes, as quais possuem um estudo acerca da semântica dessa palavra no português brasileiro. Parafraseando-as, adianto que não existem muitas pesquisas em português relacionados ao assunto e que a base que há para a elaboração de uma fundamentação teórica está ancorada em trabalhos estrangeiros, como os de Beaver e Clark (2003) e Ippolito (2007).

Primeiramente, definamos a qual “só” iremos nos referir daqui em diante.

(41) Ele andava só pela cidade.

(42) Não houve barulho, só que sabíamos que algo havia acontecido.

(43) Pensa só, você no escuro e com medo.

(44) Foi só ele sair que a chuva começou.

(45) Só..., mas “e aí”? “Ficaram”?

Tal como outras palavras, como “que”, “se” e até mesmo “a”, o “só”, no português do Brasil, apresenta-se de diversas formas, adquirindo funções diversas e pertencendo a classes gramaticais diferentes a depender do contexto. Nesse sentido, pode ser um adjetivo, com o sentido de desacompanhado (41); pode agir como uma conjunção adversativa (42) ou temporal (44); ser uma partícula de intensidade (43); ou ainda uma expressão da linguagem coloquial, uma gíria (45). O que nos interessa neste trabalho é sua forma adverbial, “prototípica” (RESENES; GRITTI, 2008), aquela que estará presente na construção “só pode”. Prosseguindo:

(46) Só o João veio à festa.

Imaginemos que a uma festa de aniversário foram convidadas algumas pessoas e que o anfitrião esperava que, devido à intimidade que tinha com os convidados, ao menos alguns comparecessem. Porém, isso não aconteceu – apenas uma pessoa “deu as caras”: João (46). Considerando, então, que existia a possibilidade de que não só ele, mas também outros indivíduos fossem ao evento, como Rafael, Paulo, Luiz, Bruna, Letícia e Guilherme, pode-se dizer que, dentre esse conjunto de pessoas formado por estes elementos que poderiam ir ao evento, João foi o único escolhido. Segundo Falaus (2013), o que o falante opta por não representar em sua fala desempenha um papel importante na gramaticalidade e na felicidade de uma sentença em determinado contexto. Neste caso, o sentido de que apenas uma pessoa compareceu à festa é claramente identificável, por conta da palavra “só”. Se formos além na implicação gerada por (46), podemos afirmar também que “esperava-se que outras pessoas eram esperadas para a festa” é algo que se pode inferir tendo em vista o enunciado. Esta última informação é fruto de uma análise totalmente baseada na interação entre a expressão linguística e o contexto, ou seja, na pragmática. Vejamos outros contextos, nos quais é perceptível que enunciados carregam informações de forma implícita. Veja as frases a seguir:

(47) Você fez a tarefa?

(48) Fiz alguns exercícios.

(49) Gabriela fez a tarefa.

(50) Nós não fizemos a tarefa.

Informações “ocultas” que são apreendidas das estruturas comunicativas da língua são facilmente percebidas por nós, falantes, quando as sentenças proferidas e explicitadas possuem um contexto. Isso porque o conhecimento acerca do ambiente em que se desenvolve um diálogo é importantíssimo. Basta que nos lembremos do conceito de fundo conversacional, proposto por Kratzer (é ele quem define o tipo de modalidade da nossa expressão modalizada).

Consideremos, para (47), (48), (49) e (50), um contexto no qual foi pedido que alunos fizessem atividades que estavam contidas em uma tarefa escolar. O professor, pois, pergunta, após algum tempo, a um aluno se este a havia feito e a resposta é dada como em (48). Tendo isso em vista, o que se pode afirmar é que o aluno, bem provavelmente, não realizou totalmente aquilo que lhe foi pedido, porque, se ele o tivesse feito, sua resposta seria algo como “sim”, “fiz” ou “fiz toda a tarefa”. Não se opta, neste caso, por uma resposta “incompleta”. Baseado naquilo que ele escolheu como resposta, implica-se que a tarefa não foi concluída por completo. Grice (1975,1978) chama as informações que são captadas exclusivamente por meio da pragmática de implicaturas conversacionais. O fato de o aluno não ter feito a tarefa em (48) não é possível de ser inferido sem que haja uma contextualização prévia, e o conteúdo linguístico da sentença não carrega a informação de que a atribuição do estudante foi realizada por inteiro. Recorre-se à pragmática, ao contexto. Portanto, trata-se de uma implicatura conversacional. Por outro lado, pode-se pressupor que um exercício tenha sido passado para os alunos, já que todas as sentenças compartilham essa ideia. Vejamos o que significa pressupor, adiante.

Em relação aos sentidos das frases em análise, se focarmos ainda mais no que está escrito e apenas isso, chegamos a um nível informacional mais restrito. Por exemplo, em (47) e (50), temos dois enunciados que compartilham uma mesma informação, a qual é tida como certa (referente à sua realização) em ambos os casos. Isto é, tanto em (47) quanto em (50), é certo que “uma tarefa foi passada aos alunos”. Esta última afirmação é resultado de uma comparação entre pelo menos duas sentenças, das quais se extrai um elemento em comum.

Ademais, sabe-se que foi passada uma atividade por meio não só da análise do texto como também do contexto. Grice (1975, 1978) vai definir como pressuposição o sentido de expressões lexicais que estão tanto relacionados a fatores linguísticos quanto extralinguísticos. Cançado (2008) considera as pressuposições como uma noção semântico-pragmática, em comparação às implicaturas, as quais são fruto exclusivamente do entendimento de fatores extralinguísticos, da pragmática. Por fim, ainda no campo semântico, o último conceito que veremos aqui relacionado à implicação é o de acarretamento. Este diz respeito ao conteúdo extraído, apenas, do enunciado. Por exemplo, se Gabriela fez a tarefa e ela é uma aluna, podemos deduzir, logicamente, que “uma aluna fez a tarefa” ou que “alguém fez a tarefa”. Ambas estas últimas sentenças são acarretamentos.

Se voltarmos em (46), é possível que definamos que não há outra pessoa senão o João na festa. Ou seja, a ideia de que apenas há um convidado no evento é uma implicatura daquele proferimento. Além da implicatura conversacional, outros dois conceitos se relacionam ao uso do “só”, neste caso, a exaustividade e a escalaridade:

(51) a. Quem veio à festa?

b. João veio à festa.

(52) Só o João veio à festa.

Caso mantenhamos o cenário em que apenas uma pessoa compareceu ao aniversário, a sentença (51b) mostra-se adequada. Entretanto, ao tratarmos de um mundo em que mais de uma pessoa o fez, já não teríamos (51b) como uma resposta adequada à pergunta de (51a). Se Gabriela também tiver ido ao mesmo evento, é esperado que se construa uma sentença que abarque os dois convidados. Restringem-se, então, os elementos que podem assumir o posto dentro da sentença a fim de passar a informação de forma concisa e completa, sem que haja informações ainda a serem trabalhadas. O “só” possui uma interpretação, portanto, exaustiva, por meio da qual o item focalizado deve denotar o único ente que possui a propriedade atribuída pelo restante da sentença (BEAVER; CLARK, 2003), eliminando-se outro participante esperado.

Quanto à escalaridade, suponhamos que a pessoa que convidou João para sua festa esteja interessada nele e, por isso, o tenha convidado. Apesar de ele ter recebido o convite e ter dito

que poderia ir, não se tinha a certeza de sua presença. Imaginemos que, no dia do evento, uma amiga do anfitrião tenha sido a primeira a ver João chegando ao local. Ela, então, corre para avisar o dono da festa a respeito da chegada do pretendente. Esse profere (51a), enquanto aquela, (52). Quem havia chegado não era apenas o João, porque é bem possível, que ele estivesse acompanhado, logo o sentido de “só” como elemento restritivo não se vale muito (João poderia estar acompanhado de um amigo). Neste caso, parece-nos que o “só” carrega mais uma ideia de relevância escalar – em uma escala de interesse do anfitrião, João está no topo. Podemos dizer, tendo em vista uma relação de “mais gratificante que” (BONOMI; CASALEGNO, 1993), que o João vir à festa é mais gratificante que o Rafael vir à festa, por exemplo. Se levarmos em conta a relação do anfitrião com outros convidados, sabendo, por exemplo, que determinada pessoa é mais querida por ele do que outra, a escala de gratificação torna-se mais completa.

Para fechar os conceitos semânticos atrelados ao “só”, é válido destacarmos o papel que ele exerce em relação à atribuição de foco. As línguas naturais possuem formas de focalizar algum elemento de uma enunciação – seja por meio de uma mudança na tonalidade da palavra, da forma como nós a pronunciamos, seja pela utilização de operadores focalizadores, como é o caso do nosso “só”. Este necessita de três argumentos – um contexto, uma proposição e um mundo.

(53) Só o João veio à festa.

(54) O João veio à festa.

Em (54), não se depreende, de maneira absoluta, que apenas o João tenha ido à festa (o que já vimos – caso outra pessoa fosse à festa além dele, (54) não estaria errada, mas sim, inadequada¹¹). Com o advento do “só”, existe uma eliminação de outras interpretações, restando apenas aquela relacionada a João ser o único convidado a aparecer no aniversário. Isso ocorre porque existe uma focalização do elemento “João”, o qual, como vimos, deriva de um conjunto de alternativas (nomes, neste caso). O “só”, então, atrelado à exaustividade, elimina

¹¹ Lembrando que estaria inadequada se nosso intuito fosse responder à pergunta *Quem foi à festa?*. Em um cenário em que um questionamento do tipo *O João foi à festa?* fosse feito, teríamos como adequada a sentença (52).

alternativas. Aqui é importante dizer que, seguindo Gritti e Resenes (2008), essa visão da palavra em análise é uma das duas leituras possíveis. Segundo elas, aquele “só” que está ligado à eliminação de alternativas e à exaustividade é o chamado “só regular”¹². Já o “só” escalar, que trata de uma hierarquia escalar de importância, gratificação, é chamado de “só escalar”¹³. Para fins práticos, o que nos interessa, além de perceber o poder focalizador e exaustivo de “só”, é sua natureza como quantificador.

4.2 *Só pode e sua relação com os modais universais *dever e ter que**

Vimos em capítulos anteriores que “poder”, “dever” e “ter que” são verbos modais auxiliares que compartilham a propriedade de força modal – expressam a ideia de possibilidade ou necessidade com base em sua natureza quantificadora lógica – quantificador existencial (\exists), “poder”, e quantificador universal (\forall), “dever” e “ter que”. Agora, vejamos como o “só” interage com o quantificador existencial, “pode”.

(54) Ela pode estar buscando os arquivos na empresa de estágio.

(55) Ela só pode estar buscando os arquivos na empresa de estágio.

Daqui em diante, vamos assumir que Ana é, para os parâmetros de uma sociedade capitalista, uma garota “exemplar”, vai à faculdade e estagia no contraturno. Com seus vinte e poucos anos, ela mal fica em casa, em decorrência da rotina atribulada que possui. Partindo disso, imaginemos que, em uma terça-feira, seus colegas de faculdade não a viram em sala de aula. No dia anterior, porém, Ana havia mencionado, em uma conversa com seu grupo de colegas, que precisaria entregar alguns documentos até o fim da semana ao departamento de RH na empresa em que trabalhava e que, para isso, era preciso reunir alguns arquivos e retirar outros na empresa responsável por seu estágio. Aqui, é de se esperar que já saibamos com qual base modal e com qual fonte de ordenação estamos trabalhando: se nossa expressão modalizada diz respeito a uma conclusão gerada com base em evidências, temos a modalidade epistêmica.

¹² Do inglês, *regular only*.

¹³ Em inglês, *scalar only*.

Sabendo que ela precisaria sair, em algum momento para resolver sua situação, seus amigos pensaram que existia uma possibilidade em que Ana estivesse ocupada, tratando de assuntos relacionados ao seu trabalho, na terça-feira, quando não compareceu à aula. Logo, a partir da restrição dos mundos possíveis realizada pela base modal e da ordem de possível ocorrência proporcionada pela fonte de ordenação, é justificada a sentença em (54).

Em um cenário em que um amigo de Ana, antes de ir à faculdade, a tenha visto próxima ao local onde ela deveria retirar os arquivos, temos um estreitamento das possibilidades de onde ela pode, de fato, estar, no dia em que não foi à aula. Quanto mais informações que corroborem esse ponto de vista surgem, mais é provável que os colegas da garota profiram (55) e não (54). Isso porque o sentido depreendido na última sentença, (55), parece estreitar ainda mais os mundos possíveis, até o ponto em que só resta uma possibilidade: ela está tratando dos documentos naquele momento. Portanto, o que antes se tratava de uma possibilidade entre várias tornou-se mais nítida, quando o “só” foi adicionado à expressão modalizada. Seria o poder focalizador, exaustivo, do “só” o responsável por restringir, da mesma forma que restringiu quem foi à festa em exemplos anteriores, os mundos possíveis? É bem provável que sim.

(56) Ela tem que estar buscando os arquivos na empresa de estágio.

(57) Ela deve estar buscando os arquivos na empresa de estágio.

Comparando (55) com (56), fica mais perceptível que a noção existencial trazida pela força modal de “poder” parece ser sobrepujada pela ideia universal trazida pelo “só”. Esses últimos dois compartilham a ideia de que existe uma única alternativa para o que Ana faz no momento da enunciação. Em (56), a ideia de haver uma restrição para apenas um cenário é possível, porém, parece que o uso do “dever”, em (57), com o sentido epistêmico, fica um pouco aquém do sentido transmitido por “ter que”. Além de este ser mais empregado em contextos informais, como o “só pode”, sua semântica, em comparação ao outro quantificador de mesma natureza, parece ser mais forte. Entra aqui o conceito de gradação modal. O “pode”, quando junto ao “só”, parece adquirir uma força de necessidade semelhante àquela de “ter que”. Já “deve” parece restringir os mundos possíveis, porém não o faz de uma forma forte – ainda

restam outros possíveis cenários e uma ideia de possibilidade, enquanto já não se vê muita possibilidade com o uso dos dois primeiros termos (“ter que” e “só pode”).

(58) Amanhã, Ana tem prova. Ela tem que estar estudando.

(59) Amanhã, Ana tem prova. Ela deve estar estudando.

(60) Amanhã, Ana tem prova. Ela só pode estar estudando (haja vista que é estudiosa e bem educada).

Mesmo que em ambas as situações, (58) e (59), criadas pelas sentenças acima Ana seja parte de uma expressão modalizada por um verbo cuja força modal é universal, o falante nativo do português, quando dispõe de evidências que confirmem determinada situação, cenário, tendem a proferir, ainda mais em contextos informais, (58) em vez de (59). Quiçá, o mesmo mecanismo gramatical responsável pela escolha de uma forma como o “ter que” em detrimento de “deve” seja aquele que fará o mesmo falante utilizar o “só pode” com esse mesmo sentido. Repare nos enunciados abaixo:

(61) Ana só pode estar resolvendo algum problema.

(62) #Ana pode só estar resolvendo algum problema.

Aqui precisamos voltar um pouco e relembrarmos a situação de Ana – ela precisa resolver assuntos referentes ao seu estágio e deu fortes indícios a seus colegas de que ela o faria no dia em que esses não a viram em sala de aula, apesar de a informação completa não ter sido a eles passada. Pois bem, lembremo-nos que acordamos que (61) era adequada para essa situação, uma vez que o poder universal de “só”, na estrutura “só pode” parecia limitar os mundos possíveis a um e, nele, realizava-se a ação expressa na proposição modalizadora. Vale ressaltar que tal conclusão desenvolveu-se em uma base epistêmica, cuja fonte de ordenação era, também, epistêmica. Por outro lado, utilizando-nos desse mesmo contexto, não é adequado que um falante do português brasileiro profira (62) caso sua intenção seja especular onde Ana

provavelmente está. O sentido que se depreende em (61) é diferente daquele expresso em (62). Na primeira enunciação, o sentido que obtemos é aquele em que Ana deve ou tem que estar resolvendo algum problema, já que ela não apareceu em sala e nunca falta às aulas. Já em (62), o posicionamento de “só” posposto ao verbo nos indica que não está havendo um estreitamento de alternativas possíveis. Quando após o verbo modal, o “só” tende a agir no elemento subsequente, neste caso, na ação. Ou seja, trabalha-se, agora, com uma restrição mais clara sobre as ações que podem estar sendo feitas por Ana e não mais se tem uma ideia de suposição de onde ela pode estar. Assim, a ordenação de “só” e “pode” é fundamental para que exista essa limitação relacionada aos cenários possíveis de realização da ação contida na proposição.

Porém, se mudássemos o contexto – suponhamos que estamos conversando com o pai de Ana, uma figura um tanto autoritária, a qual pede dedicação à sua filha e lhe exige que haja uma rotina de estudos. Nesse cenário, utilizando-nos das sentenças, (58) - (60), é possível que vejamos o mesmo comportamento universal do “só”, agora em uma base circunstancial e com uma fonte de ordenação deôntica. Se existem regras a serem seguidas, dentro de casa, é possível a Ana que ela, apenas, esteja estudando, porque realizar outra atividade não lhe é permitida. Com isso em mente, as três sentenças, com esse sentido ligado à obrigação, parecem possuir a mesma intensidade quanto ao sentido, porque em ambas, a filha tem como função exclusivamente estudar.

(63) Você só pode mexer no computador.

(64) Você tem que mexer no computador.

(65) Você deve mexer no computador.

(66) Você pode mexer no computador.

Transportando-nos para um novo cenário, em que é passada a um técnico de informática uma informação a respeito do conserto de um computador, analisemos as enunciações acima. Como havíamos visto, o “só”, junto ao “pode”, em (63), restringe o conjunto de mundos possíveis e o reduz a um único, em que a proposição “você mexer no computador” é verdadeira.

O mesmo acontece com (64)¹⁴ e (65). Para verificarmos essa afirmação, basta que pensemos no “só” como um elemento que diminuirá os cenários de realização da ideia contida na proposição para um. Nesse sentido, apesar de ser selecionado apenas um mundo possível, é nele que se desenvolverá a informação proposicional. Logo, se temos um conjunto, mesmo que com um elemento, e nele se verifica determinado comportamento, podemos dizer que em todos os cenários esse comportamento estará presente. Por isso o entendimento de “só” como um quantificador universal. Em relação a (66), fica visível a diferença quanto à semântica entre essa sentença e (63) – é como se antes, (66), existissem possibilidades em que o técnico de informática mexeria no computador ou não. Havia lhe sido dada a permissão para fazê-lo assim como lhe havia sido permitido que substituísse, se preciso, o aparelho. Contudo, vejamos que em (63), existe uma restrição a apenas uma única ação. O técnico agora só poderia mexer no computador e não existe mais a possibilidade de que ele o troque por um novo, por exemplo. Nesse sentido, é aceitável que seja proferida (66), porém, caso seja do desejo de seu superior que apenas se mexa no computador, não o troque, nem o quebre ou venda-o, já não temos este proferimento como adequado.

Baseando-se no trabalho de Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), seguindo ainda a linha de comparação entre o “só pode” e os verbos auxiliares modais universais, imaginemos o seguinte cenário: nosso garoto João, aquele mesmo que ficou de castigo, arranhou um emprego e foi a uma festa, está em Alagoas com sua esposa, aproveitando suas férias, e planeja fazer uma trilha até um restaurante, o qual fica um pouco isolado de onde estão hospedados. Para que isso ocorra, eles precisam percorrer o caminho sem que haja chuva, porque alguns locais do percurso só podem ser percorridos quando não há lama.

(67) Amanhã, tem que fazer sol.

(68) Amanhã, só pode fazer sol, senão não iremos ao restaurante.

(69) Amanhã, deve fazer sol, senão não iremos ao restaurante.

¹⁴ Em (64), o sentido de obrigação é mais forte que em (65).

Tendo em vista a natureza universal dos três verbos auxiliares (admitindo-se o “só pode” como um deles) e sabendo que a travessia tornar-se-ia inviável caso chovesse, um dia antes de se lançar à aventura, seria possível que João proferisse, de mesmo modo e com a mesma intenção, as três sentenças acima? Se as analisarmos, percebemos que aquela que mais se encaixaria no contexto é a (67), uma vez que se depreende uma vontade clara por trás da sua fala. É por conta de sua vontade de ir a esse restaurante que a trilha será feita, portanto nada mais adequado que a primeira sentença ser a mais “correta”, neste caso. É preciso que faça sol para que o casal possa fazer sua trilha. É também plausível que se compreenda a mesma intencionalidade em (68), já que não existe outra situação que atenda à vontade de João que não envolva o tempo estar limpo. Contudo, sem que haja segunda parte da expressão “senão não iremos ao restaurante”, esse sentido de desejo não se depreende de forma tão natural quanto no primeiro exemplo, em (67). Em (69), podemos também inferir que existe uma vontade por trás do discurso de João, porém, de uma forma um pouco mais fraca que em (68), ou seja, não se capta essa mesma mensagem de forma tão fácil, como no enunciado composto pelo “ter que”. Se fosse feita uma pergunta relacionada à previsão do tempo, porém, o uso de “só poder” e do “dever” já seria mais adequado, já que, esses verbos parecem estar relacionados de forma mais forte a um contexto mais epistêmico. Não estamos afirmando que não é possível que “dever” seja utilizado com essa fonte de ordenação boulética – parece-nos, pelo exemplo, que os outros dois verbos auxiliares transmitem de forma mais concisa (o “ter que” mais do que o “só pode”) um desejo que “dever”. Poderíamos conjecturar a respeito do porquê isso ocorre, mas penso que não seja o cerne deste trabalho, tendo em vista que o foco está centrado no “só pode”.

Vimos, até então, que o “ter que” traz uma força maior que o “dever”, tendo em vista um estreitamento ainda maior das possibilidades do primeiro. No exemplo de João e sua vontade de fazer uma trilha para chegar ao restaurante, verificou-se que o “só pode”. Trazendo, novamente, o exemplo de Ana, a universitária, e à luz do que dizem Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), é possível que ampliemos esse debate sobre o nível de participação da vontade do falante em utilizar o “só pode” em construções que se assemelham, segundo as autoras, a expressões de base modal epistêmica. Vejamos:

(70) Ana não está em casa, então ela tem que estar na faculdade.

(71) Ana não está em casa, então ela só pode estar na faculdade.

(72) Ana não está em casa, então ela deve estar na faculdade.

Se assumirmos que o mundo de avaliação é aquele em que existem, para Ana, apenas duas alternativas: estar em casa ou estar na faculdade, os dois primeiros enunciados (70) e (71), parecem estar mais condizentes com uma fala que poderia ser proferida por seu pai ou por seus amigos, os quais têm ciência de que ou Ana está em um lugar ou em outro. A nós, caso fosse disponibilizada essas duas sentenças, em um cenário em que não estivesse explícita essa impossibilidade de Ana estar em outro lugar senão aqueles dois, seria, ainda assim, possível que soubéssemos que haveria somente duas alternativas, dado que os verbos das duas primeiras sentenças possuem esse valor restritivo mais forte, portanto, uma implicatura conversacional que se extrai de ambas as frases seria a de que não é comum nem esperado que Ana estivesse em outro ambiente que não fosse sua casa ou sua faculdade. “Dever”, neste caso, parece agir de forma semelhante: traz uma restrição de mundo possíveis baseado naquilo que se sabe (fonte de ordenação epistêmica, que a este ponto, já não é novidade para nós), mas, ainda que ele o faça, é possível que se admitam outras possibilidades, isto é, outros mundos, nos quais Ana não necessariamente está em casa ou estudando.

Tendo como base esse cenário de Ana, coloquemo-nos no lugar de um de seus colegas de faculdade. Estamos preocupados com a ausência dela em sala e, com base naquilo que sabemos sobre a sua rotina e como não é comum que ela frequente outros lugares, dizemos algo como em (73):

(73) Ela tem que estar em casa, já que não veio à aula.

(74) Ela só pode estar em casa, já que não veio à aula.

É de se esperar que assumamos que se trata de uma expressão modal cuja base e fonte de ordenação são epistêmicas, porém, neste caso, segundo Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), que se amparam na teoria kratzeriana, o fato de dizemos que uma pessoa tem que estar em

determinado lugar, dadas circunstâncias parecidas com as quais estamos supondo, implica apostar em uma situação, em um mundo possível. De acordo com essa visão, afirmar que algo tem que acontecer traz um sentido de vontade ou, justamente, de aposta, o que invalidaria a possibilidade de estarmos diante de uma expressão epistêmica. Nessa linha de raciocínio, responder uma pergunta do tipo “onde está Ana?” com (73), é, de uma forma ou de outra, “colocar uma dúvida sobre o desenvolvimento normal dos fatos” (PIRES DE OLIVEIRA; SCARDUELLI, 2008). Se estamos, desde o início, levando em conta que a modalidade epistêmica está relacionada a suposições que são feitas tendo em vista o curso natural das coisas, quando deparamo-nos com uma dúvida sobre essa sequência lógica de possibilidades, deparamo-nos também com os limites daquela.

Assim, a sentença (74), se contrastada com (73), por conta da presença do “só pode”, nos mostra que não existe uma correspondência entre os verbos modais “ter que” e “só poder”, antes tidos por nós, em nossa primeira abordagem do assunto. Isso já se verificava no exemplo de João e de sua trilha, justamente por haver no enunciado que continha o “ter que” uma noção mais forte de vontade.

Saindo do exemplo de Ana, mas trabalhando ainda com suposições, analisemos os enunciados acima. Imaginemos que o dia está “feio”, com nuvens pretas no céu e as condições meteorológicas apontam que é muito provável que chova. João, ao sair de seu trabalho, levanta sua cabeça e olha para cima. Ele identifica que, de fato, o clima está bem propício para que chova e ele logo se apressa para chegar a seu carro.

(75) Só pode chover hoje, já que o céu está preto.

(76) #Tem que chover hoje, já que o céu está preto.

(77) Deve chover hoje, já que o céu está preto.

Nessas condições, João, como um bom falante do português brasileiro, se tivesse a intenção de avisar a sua esposa que era bem provável que chovesse na região em que ele estava, dificilmente utilizaria (76). Se ele o fizesse, por exemplo, teria que chover, segundo João, porque o seu estava preto, ou seja, a razão de que houvesse chuva seria o fato de que as nuvens estavam carregadas o suficiente para que ocorresse uma precipitação. Contudo, apesar de essa

explicação causal nos mostrar que existe uma linha de raciocínio lógica no que tange a um futuro possível, dados os fatos dos quais dispomos, isto é, que estaríamos caminhando em direção a uma base e fonte de ordenação epistêmica, é, ainda, muito presente a ideia de que se está fazendo uma aposta a respeito do que se sucederá. Se tirássemos a restrição modal de cena, a segunda oração, de (76), e a proferíssemos a alguém, a chance de que essa pessoa associasse a sentença em questão a algum desejo, à vontade do enunciador, seria muito grande. Por outro lado, a captação, em (75) de uma noção de um curso natural da situação que se apresenta no presente é perfeitamente possível. Essa ideia epistêmica se mostra também bastante patente em (77), com o “deve”, o qual, apesar de ser incluído por Kratzer (2012) como um quantificador universal, deixa em aberto as possibilidades do que pode ou não acontecer.

A fim de adentrarmos mais a fundo na diferença entre o “tem que” e o “só pode”, criaremos um outro cenário, no qual Gabriel, um amigo de João que mora com este, sai de casa furioso, batendo a porta ao deixar o apartamento. João, que estava, quando isso aconteceu, na companhia de sua namorada Gabriela, conhece seu amigo a ponto de saber o que pode ter provocado a sua fúria. Gabriel costuma apostar dinheiro em jogos de azar pela internet e isso, frequentemente, faz com que ele “perca a cabeça”. Como ele estava de férias e a chance de outro elemento tê-lo feito perder sua compostura era mínima, O cenário mais provável era o de que Gabriel tivesse, de fato, perdido dinheiro jogando.

(78) Ele só pode ter perdido dinheiro apostando.

(79) Ele tem que ter perdido dinheiro apostando.

Os dois enunciados acima são convenientes quando se levanta a pergunta “por que Gabriel saiu assim de casa?” Pautando-se na posição defendida por Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), em (79), expressa-se uma aposta a respeito do que aconteceu. O “ter que”, neste caso, visa a restringir os mundos possíveis e a reduzi-los a um único. João, caso veja que foi outro motivo que não a aposta que causou a fúria de seu amigo, pode se surpreender, porque sua sentença, (79), nos leva a crer que, em sua cabeça, existe apenas uma razão para seu amigo ter saído esbravejando de casa. Já em (78), por mais que os mundos possíveis sejam bastante restritos, verificam-se dois pontos interessantes, contrastantes com o que se percebe quando o verbo auxiliar é o “ter que”. O primeiro diz respeito à não atribuição da intenção de apostar em

um cenário, mundo possível (que foi a aposta quem fez Gabriel sair de casa furioso). Além disso, não há, explícito, um desejo.

Figura 3:



Em suma, com base nos dados analisados, é possível que se defenda a tese de que o verbo “poder”, quando modificado pela partícula “só”, na estrutura modal “só pode”, tronar-se um verbo auxiliar modal (“só pode”) cuja quantificação lógica é similar àquelas de “dever” e “ter que”. Como nos mostra a figura 3, em uma escala de força modal, o novo verbo auxiliar encontra-se entre “dever” e “ter que”.

Conclusões preliminares

Iniciou-se esta fase final com uma explanação acerca do “só” prototípico, adverbial. Analisando algumas sentenças, percebemos que o sentido que essa partícula traz ao entendimento geral de um enunciado é similar, em certo nível, à restrição imposta pelos verbos modais universais (“dever” e “ter que”). O “só” seleciona, dentre alternativas, um elemento em específico (quando tratamos do que se entende por “regular only”), movimento semelhante àquele gerado pelos modais universais, os quais restringem os mundos possíveis. Além desse sentido de limitação, atrela-se ao só uma noção de grau de importância, a chamada escalaridade (“scalar only”).

Passando para a estrutura “só pode”, o que podemos perceber, é que ela, quando na companhia de uma fonte de ordenação deôntica, parece se equiparar, semanticamente, ao “ter que” e ao “dever”, sendo este um modal mais fraco. Tratando-se de uma fonte de ordenação epistêmica, de acordo com Pires de Oliveira e Scarduelli (2008), o auxiliar “ter que” não se insere em contextos epistêmicos por sua natureza relacionada a uma aposta do falante sobre um mundo possível, questionando o desenrolar natural dos fatos, e a um desejo, que remete a uma

fonte de ordenação boulética. Quando epistêmico, o só pode” se mostra um modal universal tal qual “deve”, porém mais forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações trabalhadas, juntamente à sua interpretação, vimos que a categorial linguística modalidade diz respeito a necessidade e a possibilidade. Existem diferentes formas de se representar essas duas noções nas línguas naturais e uma delas é por meio de verbos auxiliares modais – “poder”, “dever” e “ter que”. As expressões modalizadas, ou seja, proposições que são modificadas por esses operadores modais, segundo Kratzer (2012), são constituídas, basicamente, por duas partes: a força modal, propriedade fixa dos verbos que expressa ou necessidade ou possibilidade, e o fundo conversacional, composto por uma restrição dos mundos (base modal) e por uma função relacionada à proximidade que a expressão modal tem referentes aos mundos ideias, mundos nos quais a proposição é verdadeira, ou seja, cenários em que ocorre a realização da ideia contida na proposição.

A partir disso, passou-se à análise do “pode”, verbo modal que expressa “possibilidade” e operador existencial. Verificaram-se as ocorrências deste verbo em bases modais distintas e em diferentes fontes de ordenação. Em seguida, passou-se para a análise do “só” adverbial (regular/ scalar only) e percebeu-se que a focalização e a exaustividade que esse vocábulo traz é fator decisivo para que se excluam alternativas. Quanto a isso, destacam-se as implicaturas conversacionais possíveis de serem depreendidas de expressões em que o “só” em questão aparece.

Por fim, buscou-se estudar a relação entre o “só” e o “pode” e responder à pergunta: qual o sentido estabelecido pela junção das duas palavras? O que se notou foi um estreitamento nos mundos possíveis de realização da ideia expressa na proposição. Ou seja, em expressões que carregavam apenas o auxiliar “poder”, na forma “pode”, abriam-se alternativas e, em pelo menos uma delas, a proposição em questão assumia um valor de verdade positivo. Por outro lado, junto ao “só”, esse mesmo verbo parece agir de forma semelhante aos operadores universais “ter que” e “dever”. Sobre o primeiro, estabelece-se uma correspondência em contextos deonticos e epistêmicos, ao passo que “só pode” e “deve” parecem possuir a mesma força apenas em contextos deonticos, pois o “deve” epistêmico não restringe tanto os mundos possíveis quanto o “só pode” e o “tem que”. Porém, à luz da teoria Kratzeriana, constatou-se que o “ter que” possui uma significação mais ligada a desejo e a uma aposta de mundo possível, único, o que não o classificaria como sendo um modal epistêmico. O “só pode” já o é por não

carregar essa significação ligada à fonte de ordenação boulética, uma vez que não representa, uma vontade do falante de maneira tão acentuada como “ter que”. Além disso, percebeu-se que o poder restritivo de “ter que” é superior àquele do “só pode”, por mais que este seja mais forte que o “deve” no que tange à limitação de mundos possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAVER, D; CLARK, B. *Always and only: why not all focus-sensitive operators are alike.* **Natural Language Semantics** 11: 323-362, 2003.
- BONOMI, A; CASALEGNO, P. *Only: association with focus in event semantics.* **Natural Language Semantics** 2: 1-45, 1993.
- BRAVO, A. **Modalidad y Verbos Modales.** Madrid: Arco/Libros, 2017, p. 13-55.
- CANÇADO, M. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- FALOUS, A. **Alternatives in Semantics.** Palgrave Macmillan, 2013.
- von FINTEL, K.; HEIM, I. **Intentional Semantics.** Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2011.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P; MORGAN, J. (Org.) **Syntax and Semantics.** v. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, p. 43-58, 1975.
- GRICE, H. P. Further notes on logic and conversation. In: COLE, P (Org.). **Syntax and Semantics.** v. 9: Pragmatics. New York: Academic Press, p. 113-128, 1978.
- GRITTI, L; RESENES, M. Considerações obre a semântica do *só*. *Working Papers in Linguistics*, 9(2): 1-9, 2008.
- HACQUARD, V. **Modality.** Maryland: Linguistics Department, University of Maryland, 2009.
- HACQUARD, V. **The grammatical category of modality.** Maryland: University of Maryland, 2013.
- HOCKETT, C. The origins of speech. In: **Scientific American**, 2003: 89-87, 1960.
- KRATZER, A. **Modals and conditionals: new and revised perspectives.** Oxford University Press, 2012.
- LUNGUINHO, M. Sobre a concordância modal em Português. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 11: 117-140, 2010.
- MENDES, J. V. **Interações Modal-temporais no Português Brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019.
- PESSOTO, A. L. **Pode e podia: uma proposta semântico-pragmática.** Dissertação de Mestrado: Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

PESSOTO, A. L. **Força e evidência**: uma análise teórico experimental da semântica de *pode*, *deve* e *tem que*. Dissertação de Doutorado: Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. Explicando as diferenças semânticas entre *ter que* e *dever*: uma proposta em semântica de mundos possíveis. **Alfa**, 52 (1): 215-234, 2008